



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**LÍLIA TRAVASSOS DE SOUSA**

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO (PME) NO MUNICÍPIO DE  
BELTERRA/PA: PERCEPÇÃO DA EQUIPE GESTORA**

**SANTARÉM-PARÁ  
2018**

**LÍLIA TRAVASSOS DE SOUSA**

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO (PME) NO MUNICÍPIO DE  
BELTERRA/PA: PERCEPÇÃO DA EQUIPE GESTORA**

Artigo apresentado para o Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção de título em Licenciada Plena em Pedagogia. Orientadora: Profª. Drª Maria Lília Imbiriba Sousa Colares.

**SANTARÉM-PARÁ  
2018**

**LÍLIA TRAVASSOS DE SOUSA**

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO (PME) NO MUNICÍPIO DE  
BELTERRA/PA: PERCEPÇÃO DA EQUIPE GESTORA**

Artigo apresentado para o Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção de título em Licenciada Plena em Pedagogia. Orientadora: Profª. Drª Maria Lília Imbiriba Sousa Colares.

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

CONCEITO FINAL: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DO ARTIGO**

PARECER: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares**  
**Presidente. Orientadora**

\_\_\_\_\_  
**Profª. Ms. Izabel Soares Evangelista**  
**Membro/UEPA**

\_\_\_\_\_  
**Profª. MSc. Sylvia de Nazaré Ferreira Castro.**  
**Membro/UFOPA**

# O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO (PME) NO MUNICÍPIO DE BELTERRA/PA: PERCEPÇÃO DA EQUIPE GESTORA

Lília Travassos de Sousa<sup>1</sup>  
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo objetiva analisar a implementação do Programa Mais Educação (PME) na perspectiva da equipe gestora de uma escola municipal de Belterra/PA. O PME teve como foco a reorganização curricular mediante a ampliação da jornada escolar no ensino fundamental, visando promover uma educação integral que desenvolvesse o aluno em suas múltiplas dimensões. A metodologia empregada foi de natureza qualitativa, por meio da pesquisa de campo descritiva associada à pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como instrumentos de coleta de dados: a análise documental e a entrevista semiestruturada com a equipe gestora de uma escola municipal. Os resultados apontaram que o entendimento sobre os conceitos de educação integral e educação de tempo integral estão incipientes. Percebemos, no decorrer da pesquisa, que a implementação do Programa Mais Educação enfrentou desafios referentes à infraestrutura e à falta de transporte escolar. Contudo, para efetivar uma Educação Integral a escola precisa de um planejamento pedagógico que favoreça tempos e espaços qualitativos, tendo como eixo estruturador desse processo a intersetorialidade mediante uma gestão democrática.

**Palavras-chave:** Educação Integral. Educação em tempo integral. PME. Gestão Escolar.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the implementation of the Program Mais Educação (PME), by the perspective of the management team of a municipal school in Belterra/PA. The PME was focused on the curricular reorganization through the expansion of school journey time in elementary school, it aims to promote an integral education that develops the students in their multiple dimensions. The study was guided by the qualitative research methodology, through the descriptive field research associated to bibliographical and documental research, the data were collected by documental analysis and semi structured interview with the management team of a school in the municipality of Belterra. The result shows that the comprehension about the concepts of integral education and full-time education are deficient. During the research, it was noticed that the PME faced some challenges related to infrastructure and lack of school transportation. However, to implement an effective integral education, the school needs a pedagogical planning which favors qualitative time and places, having as the structuring axis of this process the intersectoriality through a democratic management.

---

<sup>1</sup>Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA. Integrante do Projeto: "As Experiências Pedagógicas das Políticas de Educação Integral na Amazônia: Rede de Pesquisa e Formação Acadêmica", UNICAMP/UNIR/UFOPA, *Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD)-Edital nº 071/2013*. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", HISTEDBR/UFOPA. E-mail [lyatravassos@hotmail.com](mailto:lyatravassos@hotmail.com).

<sup>2</sup>Orientadora. Doutora e Pós-doutora em Educação pela UNICAMP. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA. Coordenadora Associada II do Projeto: "As Experiências Pedagógicas das Políticas de Educação Integral na Amazônia: Rede de Pesquisa e Formação Acadêmica", UNICAMP/UNIR/UFOPA, *Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD)-Edital nº 071/2013*. Líder Adjunta do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", HISTEDBR/UFOPA. E-mail: [maria.colares@ufopa.edu.br](mailto:maria.colares@ufopa.edu.br).

**Keywords:** Integral Education. Full-time Education. PME. School Management.

## 1 INTRODUÇÃO

Anísio Teixeira, um dos pioneiros da proposta de escolas de tempo integral no Brasil, implantou no ano de 1950, em Salvador na Bahia, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro e, após trinta anos, em 1980, Darcy Ribeiro no Rio de Janeiro, criou os Centros Integrados de Educação Popular - Cieps (COELHO, 2004).

A educação integral de tempo integral foi institucionalizada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegurando como direito educacional a ampliação da jornada escolar, prevista nos artigos 34, § 2º e 87, §5º que enfatizam que “serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral” (BRASIL, 1996). O Plano Nacional da Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, também faz referência à educação integral, tendo a Meta 6 do PNE 2014-2024 a asseguridade da Escola em tempo integral, apresentando como estratégia: “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos alunos da educação básica”. (BRASIL, 2014, p. 33).

Nesta perspectiva, o Programa Mais Educação (PME) apresenta-se como possibilidade de política indutora da educação integral. Esse programa foi instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007, na qual estavam envolvidos os Ministérios da Educação, da Cultura, do Esporte e do Desenvolvimento e Combate à fome, regulamentada pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, integrando as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em que o PME estabeleceu como prioridade o atendimento às escolas que apresentassem Baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e cujo os alunos estivessem em situação de vulnerabilidade social, objetivando-se a diminuir as desigualdades educacionais, mediante um tempo estendido na permanência escolar (BRASIL, 2010). As escolas que integravam esse programa passaram a adotar jornada com, no mínimo, sete horas diárias.

Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a implementação do Programa Mais Educação em uma escola do município de Belterra/PA, no período de 2013 a 2015, período de implementação deste programa no município.

E, por objetivos específicos: a) Verificar qual a concepção de educação

integral de tempo integral da equipe gestora; b) Investigar, na visão da equipe gestora, os desafios da implementação do Programa Mais Educação em uma escola municipal; c) Identificar no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Ação – PME formas de organizar a educação integral de tempo integral.

Este trabalho utilizou como base os aspectos teóricos metodológicos da pesquisa qualitativa. Foram integradas na pesquisa bibliográfica, livros, dissertações e teses, apoiando-se nas concepções de Azevedo (2001), Coelho (2009), Gadotti (2009), Libâneo (2014), Paro (2001), entre outros autores que abordam a temática da educação integral, e, também, análises dos seguintes documentos: Constituição Federal (1988), LDB - Lei nº 9.394/96, PNE - Lei nº 13.005/2014, Portaria Normativa Interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007, Relatório Anual 2013 e 2014 PME-SEMED/Belterra/PA, Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano de Ação - Programa Mais Educação da escola pesquisada. Trata-se de um estudo de caso sobre o PME como estratégia indutora da educação integral em tempo integral em uma escola municipal da cidade de Belterra/PA. Após a revisão bibliográfica, considerando as legislações vigentes referentes ao tema, realizou-se um levantamento junto à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) da cidade de Belterra/PA, para a identificação das escolas da rede municipal que participaram do Programa Mais Educação de forma linear, nos anos em que este foi ofertado no município, conforme se apresenta no quadro 01.

**Quadro 01:** Relação das escolas em adesão ao Programa Mais Educação 2014 a 2016/ Belterra/PA

| Nº | Escola M.E.F./ Comunidade | Local   | Quantidade de Alunos |      |      |
|----|---------------------------|---------|----------------------|------|------|
|    |                           |         | 2013                 | 2014 | 2015 |
| 1  | Cravo                     | Centro  | 100                  | 100  | ---- |
| 2  | Rosa                      | Centro  | 85                   | ---- | ---- |
| 3  | Jasmim                    | Centro  | 100                  | 100  | ---- |
| 4  | Girassol                  | Centro  | 100                  | 100  | ---- |
| 5  | Bromélia                  | Centro  | 58                   | ---- | ---- |
| 6  | Tulipa                    | Centro  | 80                   | ---- | ---- |
| 7  | Crisântemo                | Tapajós | 96                   | 96   | ---- |
| 8  | Margarida                 | Tapajós | 90                   | 90   | ---- |
| 9  | Papoula                   | Tapajós | 72                   | 72   | ---- |
| 10 | Angélica                  | Tapajós | 90                   | 90   | ---- |
| 11 | Hortência                 | Tapajós | 48                   | 48   | ---- |
| 12 | Antúrio                   | Tapajós | 50                   | 50   | ---- |
| 13 | Lavanda                   | Tapajós | 100                  | 100  | ---- |
| 14 | Azaleia                   | Tapajós | 31                   | 31   | ---- |
| 15 | Onze Horas                | Tapajós | 78                   | 78   | ---- |
| 16 | Amor perfeito             | Tapajós | 39                   | 39   | ---- |
| 17 | Vitória Regia             | BR 163  | 95                   | 95   | 95   |
| 18 | Cerejeira                 | BR 163  | 100                  | 100  | ---- |
| 19 | Gardênia                  | BR 163  | 81                   | ---- | ---- |

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas na SEMED/Belterra/PA, 2017.

As escolas descritas no quadro 01 estão codificadas por nomes de flores, pois se optou em manter o anonimato para resguardar a integridade das instituições escolares. De acordo com os dados obtidos, identificamos que apenas uma escola municipal trabalhou no período de 2013 a 2015 com o programa, e que esta somente trabalhou no ano de 2015 porque ainda possuía recurso financeiro da 2ª parcela do ano de 2014, tendo em vista que em 2015 e 2016 não houve repasse de recurso do PME para o município.

Diante dessas informações, utilizou-se o estudo de caso, tendo como *lôcus* da pesquisa a Escola Municipal de Ensino Fundamental Vitória Régia, situada no município de Belterra/PA. O estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir estudos de caso único, múltiplos como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa (YIN, 2001).

Na pesquisa de campo, objetivou-se realizar entrevista semiestruturada com a equipe gestora da escola, composta pela diretora, coordenadora pedagógica e secretária escolar. Todavia, a secretária escolar desenvolvia suas atividades há apenas uma semana, e não se sentia preparada para participar de uma entrevista. Em decorrência disso, as entrevistas foram direcionadas à gestora e à coordenadora pedagógica, que são representadas pelos códigos G e CP, e receberam um termo de livre consentimento, por meio do qual autorizaram a divulgação das informações coletadas, conforme se observa em anexo.

Este artigo está estruturado de forma a apresentar, após esta introdução com o contexto e objetivos da pesquisa, o Programa Mais Educação como política indutora da Educação Integral, em seguida a gestão democrática e o Projeto Político Pedagógico como instrumentos interdependentes, a implementação do Programa Mais Educação em uma escola do município de Belterra/PA, e por último apresenta-se as considerações finais.

## **2 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA INDUTORA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL**



A Educação Integral apresenta-se como uma alternativa para uma educação diferenciada, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem, haja vista que é um direito constitucional, com amparo legal no artigo 205 da Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB nº 9.394/96 em seu artigo 2º, que responsabilizam o Estado e a família na promoção do pleno desenvolvimento do aluno, em sua preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Os conceitos de educação integral e de educação em tempo integral, por vezes, são confundidos quando se desconhece seus significados, o que possibilita serem tratados como sinônimos, uma vez que a escola de tempo integral surge como uma proposta que pode dar conta de desenvolver o sujeito em suas múltiplas dimensões da formação humana, tendo em vista que esta se dá tanto na escola quanto em outros espaços e outros tempos. Nesse viés, Libâneo (2014, p. 5) esclarece que educação integral e educação de tempo integral apresentam-se com definições distintas, pois “educação integral é um conceito ampliado de educação, enquanto que a escola de tempo integral é um tipo de organização escolar vista como supostamente capaz, dentro das políticas educacionais atuais, de realizar melhor a educação integral”.

Portanto, a Educação Integral não precisa necessariamente ser em tempo integral para desenvolver integralmente o indivíduo, mas a escola deve considerar a necessidade de mais tempo e mais espaços. Além disso, não basta o educando ficar mais tempo na escola se não há um planejamento pedagógico para aproveitar de forma intencional e educativa esse tempo.

Para favorecer o ensino integral, faz-se necessário que a comunidade escolar tenha a compreensão do conceito de educação integral sem restringi-los apenas a um tempo maior na escola, já que esta incorporou diversas funções que antes eram assumidas pela família e comunidade, onde:

(...) o tempo de permanência diária passou a ser condição para que a escola possa desempenhar essas novas atribuições, visto que, o tempo destinado à educação está muito aquém do que seria necessário para dar conta da formação de nossas crianças e jovens para os desafios do século XXI (SIQUEIRA, 2016, p. 38).

Dessa forma, a educação de tempo integral expande os limites da sala de aula, com ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola, e pode

favorecer oportunidades de educá-los em suas múltiplas dimensões e de transformar o que é significativo para todos que ali estudam, de modo a atender não apenas a quantidade, mas possibilitar a modificação das bases sociais, direcionando-os à construção de uma sociedade democrática (ALMEIDA, 2007). Nessa perspectiva, Gadotti (2009) enfatiza que:

A escola de tempo integral depende muito da participação dos pais. A escola que adotar o tempo integral precisa estar ciente de que precisa incorporar seu projeto político-pedagógico o formal, o não formal e o informal. A maior parte do que sabemos aprendemos fora da escola. O que sabemos está vinculado tanto à escola quanto à sua primeira comunidade de aprendizagem, que é a família e o seu entorno (p. 35).

A participação de toda a comunidade escolar é imprescindível à educação integral do aluno, pois favorece a democracia no espaço escolar, e por meio dela pode promover a democratização dos saberes, visto que, conforme Azevedo (2001):

(...) democratizar é construir participativamente um projeto de educação (...) transformador e libertador, onde a escola seja laboratório de prática, de exercício, de conquista de direitos, de transformação de sujeitos históricos, autônomos, críticos e criativos (...) voltados à construção de um projeto social solidário que tenha prática da justiça, da liberdade, no respeito humano (...) o centro de suas preocupações (p. 312).

Ainda nesse contexto destaca-se que se torna relevante a significância dos conteúdos escolares sem fragmentá-los, mas agregando diversos saberes, levando em consideração os conhecimentos prévios dos educandos, seu dia a dia, na contemplação da educação formal, não formal e informal, pois, segundo Gadotti (2009):

A educação integral quer superar o currículo fragmentado, organizado em grades e fundamentado no isolamento das disciplinas que, por conseguinte, isola as pessoas e cria guetos de aprendizagem. O problema é que, via de regra, e ainda com poucas exceções, continuamos a ensinar nossos alunos sem levar em conta os seus saberes prévios, a sua "cultura primeira", as outras experiências vitais, separando educação informal, formal e não formal. Na prática [...] acabamos dicotomizando educação escolar e não escolar (p. 11).

A Educação Integral precisa, portanto, ser pensada numa perspectiva de desenvolvimento integral do indivíduo, que considere todas as experiências educativas oportunizadas para o educando, vivenciadas tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, já que esse processo de desenvolvimento acontece de maneira contínua durante toda a sua vida.

Para Gadotti (2009), o indivíduo desenvolve-se plenamente quando lhe é propiciada uma educação de qualidade, humanizando-o, fazendo dele um sujeito com direito à vida, à liberdade, à saúde, ao respeito, à dignidade, como parte integrante da sociedade, participando ativamente nas tomadas de decisões políticas e sociais, no exercício pleno de sua cidadania. Paro (2001) ratifica essas afirmações ao dizer que:

[...] a educação constitui a mediação pela qual os seres humanos garantem a perpetuação de seu caráter histórico. Isto é, se o homem se faz histórico porque é o construtor de sua própria humanidade, e se essa criação só se dá pela mediação dos conhecimentos, técnicas, valores, instrumentos, tudo enfim o que consubstancia a cultura construída pelos próprios homens, então a educação, ao propiciar a apropriação dessa cultura, é imprescindível para o desenvolvimento histórico (p. 11).

Além de aumentar a jornada escolar do aluno, como direito educacional, o programa trouxe como proposta, de acordo com os documentos norteadores, a articulação do currículo base com diferentes campos de conhecimentos, induzindo as escolas a reorganizarem sua agenda cotidiana, oportunizando diversas atividades socioeducativas para os educandos.

O Programa Mais Educação estabelece critérios a serem adotados na seleção de seus participantes, tais como:

- estudantes que estão em situação de risco, vulnerabilidade social e sem assistência;
- estudantes que congregam seus colegas- incentivadores e líderes positivos (âncoras);
- estudantes em defasagem série/idade;
- estudantes das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental (4º/5º anos) nas quais há uma maior evasão na transição para a 2ª fase;
- estudantes das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º), nas quais há um alto índice de abandono;
- estudantes de séries onde são detectados índices de evasão e/ou repetência. (BRASIL, 2009, p. 13).

Entretanto, as escolas em consonância com sua comunidade poderiam definir quais e quantos alunos deveriam ser assistidos pelo programa, como também as atividades a serem ministradas no contraturno escolar. (BRASIL, 2009)

As atividades extracurriculares propostas pelo Programa Mais Educação foram organizadas em macrocampos, sendo que cada um deles foi composto por diversas atividades socioeducativas, conforme quadro 02:

**Quadro 02:** Macrocampos e atividades do Programa Mais Educação

| MACROCAMPOS               | ATIVIDADES OFERTADAS  |
|---------------------------|---|
| ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO | Matemática, Letramento, Línguas Estrangeiras, Ciências, História e Geografia, Filosofia e Sociologia.   |
| MEIO AMBIENTE             | Com-Vida/Agenda 21 na Escola - Educação para Sustentabilidade, Horta escolar e/ou comunitária;  |
| ESPORTE E LAZER           | Atletismo, Ginástica rítmica, Corrida de orientação, Ciclismo, Tênis de campo, Recreação/lazer, Voleibol, Basquete, Basquete de rua, Futebol, Futsal, Handebol, Tênis de mesa, Judô, Karatê, Taekwondo, Ioga, Natação, Xadrez tradicional, Xadrez virtual, Programa Segundo Tempo (ME).   |
| DIREITOS HUMANOS          | Direitos humanos e ambiente escolar.  |
| PROMOÇÃO DA SAÚDE         | Atividades (alimentação saudável/alimentação escolar saudável, saúde bucal, práticas corporais e educação do movimento), educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/Aids, prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas, saúde ambiental, promoção da cultura de paz e prevenção em saúde a partir do estudo dos principais problemas de saúde da região (dengue, febre amarela, malária, hanseníase, doença falciforme, e outras). |

(continuação)

| MACROCAMPOS                                       | ATIVIDADES OFERTADAS   |
|---|--|
| CULTURA E ARTES                                   | Leitura, banda fanfarra, canto coral, hip hop, danças, teatro, pintura, grafite, desenho, escultura, percussão, Capoeira, flauta doce, cineclube, prática circense, mosaico. |
| INCLUSÃO DIGITAL                                  | Software, informática e tecnologia da informação (PROINFO), ambiente de redes sociais.   |
| EDUCOMUNICAÇÃO                                    | Jornal escolar, rádio escolar, histórias em quadrinhos, fotografia, vídeo  |
| INICIAÇÃO A INVESTIGAÇÃO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA | Laboratório, feiras de ciências e projetos científicos.  |
| EDUCAÇÃO E CIDADANIA                              | Educação econômica e empreendedorismo, controle social e cidadania.  |

**Fonte:** Elaborado pela autora (2017) a partir do documento **Programa Mais Educação: Passo a****Passo**

Era preciso que a comunidade escolar conhecesse esse programa para além de seu cunho assistencialista, e os sistemas de ensino qualificassem seus profissionais, estruturando de forma adequada os espaços e tempos escolares. Cavalieri esclarece que:

(..) o aumento do tempo pode significar um aprofundamento de experiências cotidianas partilhadas, mas, para isso, o enriquecimento da vida intra-escolar e a estabilidade de seus quadros profissionais são fundamentais. Se houver uma excessiva fragmentação e inconstância na utilização do tempo suplementar, com oferta de atividades em vários locais e com agentes sem a preparação adequada, ele pode se transformar ou em

mero "atendimento", com sentido limitadamente assistencialista, ou em mero "consumo", isto é, ocupação com atividades desconectadas de um projeto político-pedagógico, organizadas como uma espécie de "mercado" (2009, p. 58).

A escola, ao aderir o Programa Mais Educação, precisava, então, adequar o seu Projeto Político Pedagógico a todas as fases do programa e às atividades da escola e da comunidade, estando de acordo com a sua realidade local.

Nesse sentido, torna-se importante a gestão escolar promover, por meio de atitudes democráticas, a participação de todos nas decisões acerca das políticas educacionais implementadas nas escolas, onde essas políticas sejam vistas como possibilidades de transformação do sistema educacional. Ressalta-se que a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento que favorece uma participação coletiva, haja vista que o PPP não deve ser construído se não for mediante uma gestão democrática e vice-versa, por serem processos indissociáveis.

### **3 A INTERLIGAÇÃO ENTRE GESTÃO DEMOCRÁTICA E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

A gestão democrática aparece como um instrumento de superação da escola tradicional, uma nova análise acerca do trabalho desempenhado por todos na instância educativa, rumo à superação dos desafios, na qual todos tivessem vez e voz, um caminho a ser trilhado junto, pois:

Os gestores escolares, constituídos em uma equipe de gestão, são os profissionais responsáveis pela organização e orientação administrativa e pedagógica da escola, da qual resulta a formação da cultura e ambiente escolar, que devem ser mobilizadores e estimuladores do desenvolvimento, da construção do conhecimento e da aprendizagem orientada para a cidadania competente. Para tanto, cabe-lhes promover a abertura da escola e de seus profissionais para os bens culturais da sociedade e para sua comunidade. Sobretudo devem zelar pela constituição de uma cultura escolar proativa e empreendedora capaz de assumir com autonomia a resolução e o encaminhamento adequado de suas problemáticas cotidianas, utilizando-as como circunstâncias de desenvolvimento e aprendizagem profissional. (LUCK, 2009, p. 22).

Ao determinar os princípios que regem o ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/96) indica a gestão democrática como um deles. E em seu art. 14 estabelece normas para o desenvolvimento da gestão

democrática nas escolas públicas de educação básica, com a "participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola" e a "participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes". (BRASIL, 1996). Portanto, a gestão democrática não deveria ser uma opção, mas uma obrigação a ser cumprida por todo estabelecimento de ensino público.

Nesse sentido, o gestor precisa ser flexível, dialógico e dinâmico junto à comunidade escolar, chamando-a para o compromisso de desenvolver um trabalho de construção e concretização de uma educação democrática, com autoridade conquistada por meio da eleição direta para diretores. Paro (2002) considera que:

Há pessoas trabalhando na escola, especialmente em postos de direção, que se dizem democratas apenas porque são "liberais" com alunos, professores, funcionários ou pais, porque lhes "dão abertura" (...) desta ou daquela decisão. (...) se a participação depende de alguém que dá abertura ou permite sua manifestação, então a prática em que tem lugar essa participação não pode ser considerada democrática, pois democracia não se concede, se realiza: não pode existir "ditador democrático". (PARO, 2002, p. 18-19)

Portanto, um gestor democrático é aquele que se faz como elo organizacional, assumindo uma liderança com comunicação aberta, mediando e mobilizando todos a estarem sempre dentro da escola, fazendo-os compreender sua importância como colaboradores no trabalho a ser realizado, focando nas pessoas, em suas subjetividades, fazendo do diálogo um instrumento de abertura para o questionamento, aceitação, colisão ou negação do que o outro tem a dizer, de modo que esse processo seja de maneira intencional e transformadora, já que o trabalho educativo é um trabalho coletivo. A esse respeito, Luck (2009) enfatiza que:

O objetivo maior da comunidade educacional revela-se, portanto, o de se estabelecer uma comunidade de ensino efetivo, onde persevere, coletivamente, não somente o ideal de ensinar de acordo com o saber produzido socialmente, mas o de aprender, em acordo com os princípios de contínua renovação do conhecimento, criando-se um ambiente de contínuo desenvolvimento para alunos, professores, funcionários e é claro, os gestores. O conhecimento da realidade ganha novas perspectivas: a organização do projeto político-pedagógico da escola e o seu currículo; o papel da escola e o desempenho de seus profissionais, que devem renovar-se e melhorar sua qualidade continuamente, tendo o aluno como centro de toda a sua atuação. (LUCK, 2009, p. 16)

É importante a escola "criar condições para que a comunidade escolar

tenha acesso e participe do processo de gestão escolar. Nesse ciclo de criação e recreação do conhecimento, (...) a participação coletiva ocupa, indubitavelmente, um lugar relevante". (VIEIRA; GOERGEN; COLARES, 2015, p. 16).

Daí a importância de a escola adotar uma gestão que vise à integração através da sua transformação em espaço de articulação de políticas públicas e iniciativas comunitárias, valorizando a elaboração e efetivação do Projeto Político Pedagógico (PPP), sendo ele a ponte para concretizar o que a escola pretende ser, a partir do que ela é hoje, quando este é projetado com a intencionalidade de transformar a realidade intervindo em seu cotidiano.

Azevedo (2014) e Veiga (2002) corroboram essas ações quanto ao Projeto Político Pedagógico (PPP) para o exercício de uma gestão escolar democrática, pois o PPP é a identidade da escola, e deve ser único e visível, para nortear suas ações, delinear o caminho a seguir, idealizar e materializar as metas a serem alcançadas, considerando a realidade vivenciada por esta instituição em um processo de formação humana.

O PPP não deve ser visto como um instrumento acabado, engavetado, ou para cumprir apenas uma exigência dos órgãos centrais, mas deve ser vivenciado, flexível a alterações, haja vista que "o projeto político pedagógico *não* é uma ferramenta de gestão pronta acabada, ele precisa ser gerido no sentido de consolidar os objetivos nele estabelecidos." (VIEIRA; GOERGEN; COLARES, 2015, p. 21)

Nesse sentido, fica evidente uma interligação entre a elaboração do Projeto Político Pedagógico e a instituição de uma gestão democrática na escola, pois o PPP se constitui como:

(...) um documento destinado a fomentar a construção de uma escola livre das formalidades burocráticas e tecnicistas, priorizando o direito à educação de qualidade, função social maior da escola. (...) um mecanismo obrigatório para definir os rumos que a unidade escolar, em sintonia com a comunidade, deseja seguir. Este espírito coletivo tem como pressuposto a participação democrática de todos os envolvidos. (VIEIRA; GOERGEN; COLARES, 2015, p. 15).

O projeto político pedagógico e a gestão democrática são campos essenciais e interdependentes para essa construção coletiva, pois não existe projeto político pedagógico se não acontecer em uma gestão democrática na qual a direção

atua e decide junto com toda a comunidade envolvida no processo educacional, na definição de metas e implementação de ações a serem efetivadas no âmbito escolar. Devido a sua relevância como processo coletivo, não pode ser construído apenas pela equipe gestora, sem discussão e colaboração de todos os atores envolvidos educacionalmente, já que:

(...) a vontade isolada de um gestor escolar não é suficiente para a implementação do projeto político pedagógico. É necessário e imprescindível o empenho, o compromisso, a participação da comunidade escolar, fundamentalmente, a dos professores, pois esse conjunto pode, de forma coletiva, ajudar a concretizar o projeto político pedagógico no cotidiano escolar. (VIEIRA; GOERGEN; COLARES, 2015, p. 23)

O conselho escolar aparece como forma de efetivar essa gestão em termos democráticos, no acompanhamento de todo o processo de planejamento da ação educativa, já que este deve agrupar todos os representantes dos diversos seguimentos envolvidos no processo educacional (equipe gestora, professores, alunos, pais e funcionários) na participação das tomadas de decisões das questões administrativas, financeiras e pedagógicas da escola:

Os conselhos escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos conselhos, também, analisar as ações e empreender os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. (...) representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. (BRASIL, 2007, p. 34-35)

Quando o trabalho é desempenhado coletivamente, incluindo o conselho escolar, somam-se forças com poder de reivindicação superior ao de um gestor sozinho, em benefício da instituição.

## **4. O PME EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE BELTERRA/PA**

### **4.1. CARACTERIZAÇÃO DO *LÓCUS* DA PESQUISA**

A unidade escolar pesquisada foi fundada em 1º de fevereiro de 1987, funcionando na igreja da comunidade e mantida pelos comunitários, tendo apenas vinte e sete alunos de 1ª a 4ª série multisseriada.

Após a primeira eleição municipal de Belterra, uma vereadora solicitou a construção de um prédio que atendesse as necessidades educacionais de grande



parte das famílias da BR 163 e comunidades vizinhas.

A construção do prédio escolar concretizou-se no ano de 2000, já com o atual nome da Escola -Vitória Régia, localizando-se na BR 163, Rodovia Santarém-Cuiabá, na zona rural do município de Belterra/PA, passando a funcionar de 1ª a 5ª série, com 154 (cento e cinquenta e quatro) alunos, 6 (seis) professores e 1 (um) responsável pela escola, nos turnos matutino e vespertino.

Em 2005, passou a ser escola polo com a demanda de 11 (onze) escolas anexas<sup>3</sup>, funcionando também o primeiro ano do ensino médio modular, e posteriormente foi implantada a educação de jovens e adultos.

Por meio do programa Caminhos da Escola<sup>4</sup>, em 2011, recebeu 03 ônibus escolares, destinados à condução dos alunos no trajeto casa-escola, como, também, a escola implantou o programa Garoto Nota 10 e realizou a revisão do seu projeto político pedagógico.

Os programas Mais Educação, Saúde na Escola e Educação Fiscal foram implantados em 2012 e, em seguida, houve a implementação do programa Mais Cultura na Escola.

A escola Vitória Régia, em 2017, contou com 425 alunos em seus 2 turnos, matutino e vespertino, divididos em 16 turmas. Em seu quadro de funcionários haviam 32 colaboradores, sendo: 13 professores, 1 gestora, 1 vice-gestora, 1 coordenadora pedagógica, 1 secretário, 1 auxiliar administrativo, 2 vigias, 3 motoristas e 6 apoios operacionais. É uma escola polo, com 8 anexos, que contempla alunos de diversas comunidades, tendo por finalidade cumprir o disposto nas Constituições Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente, e ministrar o Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano e Educação de Jovens e Adultos, seguindo as orientações pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação

O público predominante na escola são filhos de agricultores, mas também atende filhos de comerciantes, funcionários públicos, empresários, funcionários de empresas, empregadas domésticas e profissionais autônomos.

Essa escola participou de maneira ininterrupta de todos os anos em que o

---

<sup>3</sup>São turmas que estão distribuídas em diversas comunidades e vinculadas à escola sede.

<sup>4</sup>Foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais.

Programa Mais Educação se fez presente naquele município, como tentativa de promover uma educação integral, na qual os alunos tivessem um maior tempo escolar para que participassem no contraturno de diversas atividades socioeducativas. É importante salientar que, ao aderir o Programa Mais Educação, as escolas precisavam adequar o seu Projeto Político Pedagógico a todas as fases do programa, e às atividades da escola e da comunidade.

#### **4.1.1. O PME no Projeto Político Pedagógico da escola**

Conforme já destacado, segundo Veiga (2002), o Projeto Político Pedagógico (PPP) é a identidade da escola, e deve nortear as ações escolares, indicar o caminho a seguir, idealizar e materializar as metas a serem alcançadas, considerando a realidade vivenciada pela instituição.

Em 2009, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Vitória Régia, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, alunos, professores, pessoal técnico-administrativo, servidores, pais/responsáveis e comunitários, por meio de encontros pedagógicos, traçaram propostas pedagógicas a fim de contemplar as expectativas dos segmentos que compõem a unidade de ensino. Inicialmente foi feita a leitura de texto base de nivelamento, em que se estudou o processo de elaboração, importância e objetivo do Projeto Político Pedagógico.

A escola conta com a participação de toda a comunidade escolar (pais, professores, funcionários e alunos) em sua gestão, por meio do conselho escolar, órgão deliberativo que participa durante todo o ano letivo das decisões e ações da escola. Dentre os princípios que regem o ensino brasileiro e orientam a participação no âmbito escolar tem-se o previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/96), que indica a gestão democrática como um elemento imprescindível para o alcance de melhorias no espaço educacional. E em seu art. 14 estabelece normas para o desenvolvimento da gestão democrática nas escolas públicas de educação básica, com a "participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola" e a "participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes" (BRASIL, 1996).

Dessa forma, após o estudo sobre PPP, a proposta elaborada foi de uma

escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural de socialização e desenvolvimento do/a educando/a, visando também prepará-lo/a para o exercício da cidadania através da prática e cumprimento de direitos e deveres.

Partindo de um diagnóstico inicial, a referida escola buscou adotar medidas que contemplassem melhores resultados dos alunos frente a seus níveis de aprendizagem. Vivência escolar, social, familiar foram os pontos básicos avaliados.

Observou-se que a escola pesquisada busca refletir e debater constantemente acerca de propostas que visem a formação integral dos alunos, promovendo educação de qualidade, diminuindo ou eliminando a reprovação e evasão escolar. Para isso, incentiva a leitura e a permanência dos alunos na escola. Também se observou atividades com jogos pedagógicos, acompanhamento das aulas e visita às famílias dos alunos com ritmo de aprendizagem mais lento e que apresentam comportamentos que comprometem o bom desempenho escolar e familiar. Tendo consciência de que a família é de fundamental importância no desenvolvimento do aluno em todas as esferas educacionais, buscam sempre inseri-la no âmbito escolar.

Enfim, constatou-se que o Projeto Político Pedagógico foi desenvolvido para guiar e concretizar as necessidades da escola, dos alunos, dos pais e da comunidade em geral. Entretanto, como a escola engloba 8 anexos, o seu PPP serve de base para todos os seus anexos, e o Projeto Político Pedagógico da escola teve sua última atualização em 2013, portanto, encontra-se atualmente defasado, mas a escola está desde 2016 articulando formas de mobilizar um número expressivo de participantes para a construção do PPP individual da instituição, assim como também de todos os seus anexos, já que se deve considerar as peculiaridades de cada lugar. Essa mobilização torna-se difícil, segundo a gestora, devido à logística, o que impossibilita a ampla participação da comunidade atendida por essa escola.

A escola pesquisada desenvolveu programas em 2013, como podemos verificar no quadro 03, sendo que um desses programas era vinculado à Polícia Militar do Estado, tendo iniciado em Santarém - Pará e depois se estendido ao município de Belterra/PA.

**Quadro 03:** Programas desenvolvidos em 2013 pela escola

| PROGRAMAS   | OBJETIVOS  |
|---|--|
| MAIS EDUCAÇÃO   | Induzir a ampliação da jornada escolar e reorganização curricular, visando uma educação integral, com um processo pedagógico que conecta áreas do saber à cidadania, ao meio ambiente, direitos humanos, cultura artes, saúde e educação econômica.                        |
| MAIS CULTURA – em fase de implantação   | Aproximar práticas artísticas e culturais do fazer pedagógico das escolas, por meio de uma ação conjunta entre as escolas, artistas e/ou entidades culturais.  |
| GAROTO NOTA 10 (3º Batalhão da Polícia Militar - BPM, em parceria com a escola) | Incentivar práticas esportivas e disciplinares para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.  |
| EDUCAÇÃO FISCAL   | Sensibilizar o cidadão para a função econômica do tributo;<br>Oferecer aos cidadãos conhecimentos sobre administração pública;<br>Incentivar o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão. |
| SAÚDE NA ESCOLA   | Contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.                    |

**Fonte:** Elaborado pela autora (2017) com base nos dados obtidos no PPP da Escola (2011/2013).

As ações e metas que foram desenvolvidas no período de 2011 a 2013 pela escola são apresentadas no quadro 04.

**Quadro 04 -** Plano de ação da escola pesquisada

| AÇÕES   | PERÍODO REALIZADO | RESULTADO ESPERADO  | RESPONSÁVEIS                    |
|---|-------------------|---|---------------------------------|
| Realizar reuniões de mestres e com a participação dos pais.                                       | Bimestralmente    | Participação nas atividades escolares dos filhos.   | Grupo Gestor e professores.     |
| Elaborar um boletim informativo bimestralmente para divulgar as atividades e desempenho da escola | Bimestralmente    | Que a partir do conhecimento do desempenho dos filhos e das atividades da escola, os pais tenham um maior acompanhamento da vida escolar de | Gestão e coordenação pedagógica |

|   |                                     | seus filhos.   |  |
|---|-------------------------------------|--|--|
| (continuação)   |                                     |  |  |
| <b>AÇÕES</b>  | <b>PERÍODO REALIZADO</b>            | <b>RESULTADO ESPERADO</b>  | <b>RESPONSÁVEIS</b>  |
| Verificar as dificuldades dos alunos através de tabulações, após as Avaliações.             | Bimestralmente                      | Diagnosticar e trabalhar as dificuldades encontradas.  | Gestão, coordenadores pedagógicos e professores.   |
| Atividade de sensibilização com pais, alunos e comunidade.                                  | Bimestralmente ou quando necessário | Diminuir a evasão escolar  | Direção, coordenação pedagógica e conselho escolar.  |
| Simulado direcionado as disciplinas de Português e Matemática. (nas turmas de 5º e 9º ano). | Bimestralmente                      | Melhorar o índice de Aproveitamento dos alunos na prova Brasil.                                      | Gestão, professores de português, matemática e coordenador pedagógico  |
| Projeto de reforço  | Durante o Ano Letivo                | Aumentar os índices de aprendizagem em todas as disciplinas.   | Professores e coordenadores pedagógicos  |
| Avaliação institucional   | Anualmente                          | Diagnosticar pontos fortes e fracos para a melhoria da escola.                                       | Toda comunidade escolar.   |
| Calendário de Recuperação de faltas dos servidores  | Mensalmente                         | Reposição de aulas para evitar prejuízos no processo aprendizagem e acúmulos de descontos salariais. | Grupo Gestor, coordenador Pedagógico, secretaria e professores.  |
| Momento de confraternização com os diversos segmentos da escola.                            | Datas comemorativas                 | Integração da comunidade escolar visando a melhoria do trabalho em equipe.                           | Grupo gestor; coordenação pedagógica; auxiliares de secretaria; professores; apoios; motoristas, vigias e alunos |
| Monitorar e informar a família dos alunos que apresentam baixo índice de frequência.        | Mensalmente ou quando necessário    | Aumentar o índice de aprovação, diminuir o índice de evasão e  | Direção, professores, coordenação pedagógica e conselho escolar.   |

|  |                      |   |   |
|--|----------------------|---|---|
|  |                      | reprovação escolar.   |   |
| Atualização do Blog escolar.                             | Durante o Ano Letivo | Viabilizar o acesso às informações através da informática.                          | Grupo Gestor e Coordenadores Pedagógicos                                      |
| Projeto de Leitura e Escrita através de Aula de Reforço. | Durante o Ano Letivo | Aumentar os índices de aproveitamento dos alunos que apresentam aprendizagem lenta. | Professores de Reforço, coordenadores pedagógicos, e participação da família. |

**Fonte:** PPP da Escola (2011/2013).

Conforme o Plano de ação apresentado, a escola, ao final de 2013, juntamente com a comunidade escolar fizeram uma avaliação das ações que foram realizadas nesse período de projeção, na qual puderam identificar que, apesar das dificuldades que surgiram, todas as metas foram alcançadas, pois tiveram como grandes aliados os pais dos alunos.

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento de planejamento e de avaliação que deve ser consultado a cada tomada de decisão, por isso precisa ser atualizado considerando as mudanças ocorridas na instituição, adequando-o às necessidades de aprendizagem dos educandos para que aponte a melhor direção a ser seguida, e para que seus objetivos e metas possam tornar-se realidade, servindo como parâmetro para a discussão de experiências e ações conferidas tanto dentro quanto fora da escola. Nesse sentido, é imprescindível a mobilização de esforços para resgatá-lo e repensá-lo.

O PPP da escola pesquisada não traz referência às fases do Programa Mais Educação e nem das suas atividades ministradas no contraturno, apenas cita o PME como mais um dos programas desenvolvidos na escola, sem mais detalhes. Todavia, a escola produziu um plano de ação exclusivo para nortear as ações do Programa Mais Educação, com objetivos, cronograma e atividades, considerando a peculiaridade do lugar onde foi implementado.

De acordo com esse plano de ação, em 2012 foi implantado na escola pesquisada o Programa Mais Educação como política indutora de educação integral, sendo que as atividades começaram a serem realizadas somente em 2013 e encerraram-se em 2015.

A equipe gestora da escola juntamente com a comunidade escolar

estabeleceu critérios para selecionar os alunos que deveriam ser atendidos pelo programa, como:

- O nível de vulnerabilidade de cada criança;
- Estudantes de anos/séries onde são detectados evasão/ou repetência;
- Estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família.

No quadro 05, verificamos a quantidade de alunos participantes do programa, assim como as atividades ofertadas e o número de monitores que ministravam as oficinas na escola pesquisada.

**Quadro 05:** Representação do Programa Mais Educação na escola Vitória Régia de 2013 a 2015.

| Nº DE ALUNOS | Nº DE MONITORES | OFICINAS MINISTRADA                                      |
|--------------|-----------------|--|
| 95           | 4               | Teatro, dança, esporte na escola, campos do conhecimento |

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nas informações obtidas na SEMED/Belterra/PA, 2017.

De acordo com o documento intitulado “Programa Mais Educação: gestão intersetorial no território”, as atividades que acontecem no contraturno escolar devem completar esse currículo que se concentra na educação formal, na qual tais atividades devem expandir os conhecimentos, sendo instrumento de democracia que busca educar para a cidadania, favorecendo um ambiente acolhedor dos diversos saberes e valores dos alunos, não os ignorando e muito menos os descartando, fazendo deles protagonistas dos seus conhecimentos (BRASIL, 2009).

As atividades ofertadas aconteciam no contraturno escolar, logo após as 4 horas diárias de educação formal. Os 95 alunos participantes do programa foram divididos em 3 turmas, sendo que 1 turma ficou pela manhã e atendia 39 alunos, e as outras 2 turmas no turno vespertino atendiam a 28 alunos cada. Como a escola não disponibilizava de espaço adequado para a ministração das oficinas, as atividades foram realizadas em uma comunidade vizinha, sendo que as atividades tinham a duração de três horas diárias. Dessa forma, o Mais Educação atendeu somente aqueles alunos que se deslocavam por conta própria para a comunidade onde eram realizadas as atividades.

Os monitores foram selecionados pela equipe gestora por meio de análise curricular referente à qualificação na área da atividade a qual estavam concorrendo. Além da qualificação, o candidato deveria ser morador(a) da comunidade onde eram

realizadas as oficinas, sendo esta uma forma de prestigiar a comunidade por ter cedido o espaço físico para a escola realizar as atividades do PME.

Nos quadros 06 e 07 identificamos os horários que as atividades ofertadas aconteciam nas três turmas.

**Quadro 06:** Cronograma de atividades do Programa Mais Educação na Escola Vitória Régia (2014/2015)

| DIA DA SEMANA | MANHÃ-TURMA "A"        |                |  |
|---------------|------------------------|----------------|--|
|               | 07:00 às 08:30         | 08:30 às 08:45 | 08:45 às 10:00   |
| SEGUNDA       | Dança                  | Lanche         | Acompanhamento Pedagógico (Alfabetização e Letramento) |
| TERÇA         | Esporte e lazer        | Lanche         | Teatro   |
| QUARTA        | Dança                  | Lanche         | Acompanhamento Pedagógico (Matemática)                 |
| QUINTA        | Esporte e lazer        | Lanche         | Teatro   |
| SEXTA         | Sistema de Revezamento | Lanche         | Sistema de Revezamento                                 |

**Fonte:** Elaborado pela autora por meio do Plano de Ação do PME da Escola pesquisada, 2017.

**Quadro 07:** Cronograma de atividades do Programa Mais Educação na Escola Vitória Régia (2014/2015).

| DIA DA SEMANA | TARDE-TURMA "B" e "C"  |                |  |
|---------------|--|----------------|--|
|               | 13:30 às 14:45   | 14:45 às 15:00 | 15:00 às 16:30   |
| SEGUNDA       | Dança (Turma "B")  | Lanche         | Acompanhamento Pedagógico (Alfabetização e Letramento) (Turma "B") |
|               | Acompanhamento Pedagógico (Alfabetização e Letramento) (Turma "C") |                | Dança (Turma "C")  |
| TERÇA         | Esporte e lazer (Turma "B")  | Lanche         | Teatro (Turma "B")   |
|               | Teatro (Turma "C")   |                | Esporte e lazer (Turma "C")  |
| QUARTA        | Dança (Turma "B")  | Lanche         | Acompanhamento Pedagógico (Matemática) (Turma "B")                 |
|               | Acompanhamento Pedagógico (Matemática) (Turma "C")                 |                | Dança (Turma "C")  |



|        |                             |        |                             |
|--------|-----------------------------|--------|-----------------------------|
| QUINTA | Esporte e lazer (Turma "B") | Lanche | Teatro (Turma "B")          |
|        | Teatro (Turma "C")          |        | Esporte e lazer (Turma "C") |
| SEXTA  | Sistema de Revezamento      | Lanche | Sistema de Revezamento      |

**Fonte:** Elaborado pela autora por meio do Plano de Ação do PME da Escola pesquisada, 2017.

De acordo com os quadros 06 e 07, de segunda-feira à quinta-feira eram ofertadas duas disciplinas por dia para todas as turmas com intervalo para o lanche, e na sexta-feira havia um sistema de revezamento no qual as turmas dividiam-se em grupos menores, pois nesse dia as quatro atividades eram ofertadas, sendo que duas atividades aconteciam de forma simultânea.

#### 4.1.2. A percepção da equipe gestora quanto ao conceito de educação integral e em tempo integral e os desafios da implementação do PME

Especificamos, no quadro 08, o perfil dos entrevistados quanto a sua formação acadêmica, função exercida na escola, idade e tempo de experiência: área educacional, cargo e o tempo que exerceu atividades no Programa Mais Educação.

**Quadro 08:** Perfil dos entrevistados.

| Nº | CARGO                   | FORMAÇÃO ACADÊMICA  | IDADE   | TEMPO DE EXPERIÊNCIA |        |               |
|----|-------------------------|---|---------|----------------------|--------|---------------|
|    |                         |   |         | ÁREA EDUCACIONAL     | CARGO  | MAIS EDUCAÇÃO |
| 1  | Gestora                 | Pedagogia, Pós-graduada em coordenação e Mestranda em ciência da educação | 43 anos | 29 anos              | 5 anos | 2 anos        |
| 2  | Coordenadora Pedagógica | Pedagogia   | 25 anos | 2 anos               | 2 anos | 2 anos        |

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

O Programa Mais Educação surgiu como política indutora da educação integral por meio da ampliação do tempo escolar. A partir dessa afirmação, as entrevistadas foram indagadas a responder sobre o seu entendimento em relação aos conceitos de Educação Integral e de Educação de Tempo Integral. Observa-se as respostas nas seguintes falas:

*Eu acho que não são a mesma coisa, a educação integral requer uma outra situação, porque a gente olha pelo lado do aprendizado, né, do desenvolvimento intelectual do aluno, diferenciando do tempo integral, porque a gente percebe assim, sendo educação de tempo integral quer dizer que vai passar o tempo inteiro na escola, né, vai ser atendido em sequência didática (G).*

*Na minha concepção são conceitos distintos, porque eu entendo que educação integral é uma educação que é dada de forma total, de uma forma ampla, que abrange todas as vertentes da educação, que envolve o lado social, o lado psicológico, o lado financeiro, o lado afetivo do aluno, lado da cognição e tudo mais. E a educação em tempo integral é aquela educação que é dada em dois turnos, que permite que o aluno fique na escola durante o dia todo, que tenha diversas atividades, que envolvam conteúdos referentes ao cronograma mesmo, a Base Nacional Curricular, e outros tipos de atendimentos como: dança, música, enfim, atividades diversificadas (CP).*

Diante dos posicionamentos das entrevistadas, percebe-se que ambas não veem a educação integral e a educação em tempo integral como termos sinônimos, mas sim como processos distintos. Entretanto, na definição do conceito de educação integral houve uma diferenciação significativa, pois uma das entrevistadas, apesar de apresentar mais qualificação, no que concerne ao nível de escolaridade, e de ter maior experiência na área educacional, restringiu a educação integral apenas ao desenvolvimento cognitivo dos alunos, enquanto a outra entrevistada considera como uma educação mais ampla que envolva, além do intelectual, os outros aspectos (psicológico, social, financeiro, afetivo). O conceito de educação integral engloba “o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito que é sujeito corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações. [...] que deve ser considerado em sua dimensão bio-psicossocial” (GONÇALVES, 2006, p. 130).

As entrevistadas afirmaram que, para efetivar uma educação integral, a escola não precisa adotar uma educação de tempo integral, pois o tempo escolar estendido por si só não é sinônimo de qualidade de ensino, como se evidencia nas falas a seguir:

*Não é questão de adotar de mais tempo, é a questão de formação, de planejamento também, porque a educação integral não quer dizer que precisa passar o dia e a noite, mas que tem que ter um planejamento voltado para o público que necessita dessa educação (G).*

*Eu acho que a educação integral não necessita necessariamente de um determinado tempo, é, eu acho que vai mais na efetivação, na forma como ela é feita, e não no tempo que ela é dada, porque muitas vezes o aluno pode passar o dia na escola, mas não é dada uma educação de forma*

*efetiva de qualidade, então, muitas vezes o tempo não equivale a qualidade (CP).*

O tempo apresenta-se como um fator imprescindível para o desenvolvimento pleno e, ao falar em Educação Integral, é necessário repensar o tempo e o espaço, considerando principalmente o tempo qualitativamente transformado, e não somente seus aspectos quantitativos, pois “a extensão do horário deve construir o tempo qualitativo dentro da escola, ou sob sua supervisão, e, nesse sentido, esse tempo qualitativo pressupõe uma formação mais completa para o ser humano-cidadão-aluno” (COELHO, 2009, p. 93).

A implementação de políticas públicas, como o Programa Mais Educação, acarreta inúmeros desafios a serem vencidos, uma vez que a maioria das escolas não dispõe de infraestrutura adequada para subsidiar as atividades do programa, de banheiros que possibilitem aos alunos tomarem banhos, de lugar para o descanso e de profissionais qualificados para ministrarem essas atividades.

No quadro 09, estão descritos os desafios enfrentados pela escola no processo de implementação do PME.

**Quadro 09:** Desafios na implementação do PME na escola pesquisada (2013-2015)

| DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PME | TRECHOS DAS FALAS DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS  |
|--------------------------------------|---|
| INFRAESTRUTURA                       | “É espaço, nós não temos espaços adequados, local para atender, que eles possam ficar o tempo todo para ser atendido, para ter as refeições, para ter a higienização” (G).  |
|                                      | “A infraestrutura, porque a escola mesmo não tem um espaço para o mais educação, e as atividades eram feitas na comunidade vizinha (São Francisco da Volta Grande), que tem um barracão comunitário” (CP).  |
| (continuação)                        |   |
| DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PME | TRECHOS DAS FALAS DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS  |
| LOGÍSTICA (TRANSPORTE ESCOLAR)       | “Nós temos dificuldades para que os alunos cheguem aqui, essa questão do escolar (ônibus) é um dos principais pontos, precisamos dele para tudo” (G).   |
|                                      | “Os alunos dependem de forma integral do transporte escolar (...) moram longe e precisaria de um transporte somente para este programa para buscar os alunos, para trazer no tempo certo (...). E só tinha acesso ao programa aqueles alunos que morava perto (...) tem mais umas 10 comunidades para cá e ninguém participa por conta do transporte, esse é o principal desafio, a logística” (CP) |

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir das entrevistas realizadas, 2017.

Conforme se identifica no quadro 08, os principais desafios enfrentados foram relacionados à infraestrutura da escola e a logística. Em relação à infraestrutura, mesmo sem espaço físico disponível na escola para a realização das atividades do programa, foi possível contar com a ajuda da comunidade para disponibilizar um local (barracão comunitário) em que pudessem realizar as atividades referentes ao PME, e essa cooperação mostrou-se como um dos pontos positivos apontados pelas entrevistadas, pois houve uma maior aproximação da família com a escola. Portanto, percebe-se o reconhecimento do seu lugar de vivência, sua escola e vizinhança como parceiros de seu desenvolvimento, potencializando o que seu entorno tem a lhe oferecer, tornando o seu território um lugar integrador, pois:

Para iniciar um processo de implementação do tempo integral nas escolas é necessário, antes de mais nada, mapear o potencial educativo da comunidade e integrá-lo à sala de aula, combinando urbanismo e educação, por meio de uma verdadeira “pedagogia do lugar”, uma pedagogia da cidade, da cidade educadora e do “município que educa”(GADOTTI, 2009, p. 39-40).

Quanto à organização para a efetivação das atividades, a gestora solicitou à SEMED de seu município que disponibilizasse um ônibus para que os alunos que moravam distante pudessem participar das atividades do PME, já que a maioria deles depende exclusivamente do transporte escolar, e, quando não havia ônibus disponível para a locomoção desses alunos, a escola suspendia as aulas do dia. A escola não obteve êxito em seu pedido referente ao transporte escolar para ser utilizado no PME, deixando de promover a integração entre os diversos sujeitos que compõem as salas de aulas, o que caracterizou um processo de exclusão, haja vista que uns foram atendidos pelo programa e outros não, como foi ratificado logo em seguida pela coordenadora pedagógica:

*Porque enquanto não abrangermos todos os anexos, por conta da falta do transporte escolar, o que acaba selecionando e excluindo alguns alunos, já que as comunidades mais distantes são as que mais necessitam desse atendimento, pois trabalham pesado, no roçado, seria muito bom para eles terem esse momento lúdico, esquecer um pouco a realidade dura deles, e vir para fazer um teatro, dançar, entre outras coisas.(CP).*

Apesar dos desafios em sua implementação, o PME foi bem aceito pela

comunidade da instituição, e os pontos positivos do programa foram destacados pelas entrevistadas, assim como as marcas significativas deixadas em alguns participantes, conforme relatadas a seguir:

*Houve um desenvolvimento maior no aprendizado do aluno, além da integração dos pais, porque com o programa a escola e a família se aproximaram mais, (...) foi muito bom o índice de aproveitamento do programa, 85%, com tanto que os pais nos procuraram depois que o programa terminou para saber se ia continuar, porque viram que houve um melhoramento dentro da família e no rendimento escolar. (G).*

*A questão do incentivo né, para que os alunos possam participar das atividades, as atividades diferenciadas de forma lúdica, que sai um pouco da rotina deles de sala de aula, nós tivemos exemplo de alunos que tinham problemas de saúde, e no dia da culminância com o encerramento do programa, que tinha uma aluna que tinha epilepsia e até parou de estudar por causa das frequentes crises e quando começou a fazer parte do grupo de dança no Mais Educação, simplesmente sumiu, hoje ela é uma menina super saudável, crianças que eram tímidas, ficaram mais soltas, desinibidas através do teatro, das atividades né. (CP).*

É importante ressaltar que, por meio da portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016, o Ministério da Educação instituiu o Programa Novo Mais Educação (PNME) em substituição ao PME, sendo regido pela resolução FNDE nº 5/2016, que trouxe como prioridade o melhoramento da Alfabetização, tendo como componentes obrigatórios a língua portuguesa e a matemática, considerando "que o inciso I do art. 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determina o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo" (BRASIL, 2016).

No PNME há previsão de duas opções de carga horária, sendo 5 horas ou 15 horas semanais. Se a escola optar por trabalhar com 5 horas, deverá dividir igualmente as horas entre as disciplinas de Português e Matemática, mas se optar pelas 15 horas a escola deverá dedicar 4h semanais a cada uma dessas disciplinas, e as 7 horas restantes poderão ser divididas entre outras 3 atividades de livre escolha nos campos da arte, cultura, esporte e lazer.

Percebe-se que esse novo modelo de programa apresenta-se mais como um reforço escolar, para que os educandos preparem-se para as avaliações propostas pelo MEC, como a Prova Brasil, o que o deixa distante do conceito de Educação Integral, que é promover a formação integral do educando.

Para que o Novo Mais Educação não seja acometido pelos mesmos

desafios enfrentados na implementação do programa anterior, em relação à infraestrutura para o programa, a escola atualmente está com uma quadra poliesportiva que irá receber as atividades deste novo programa. A equipe gestora apresentou à SEMED-Belterra uma proposta cujo objetivo é fazer com que os alunos que moram em comunidades distantes também possam participar das atividades do programa, assim, cada turma formada será a junção de alunos de comunidades vizinhas, e os monitores se dirigirão para uma dessas comunidades e realizarão as atividades, como explicou a gestora:

*Esse ano nós estamos com um planejamento da seguinte forma: serão atendidas as turmas nas próprias comunidades, a escola da comunidade tal vai atender tantos alunos, em determinados dias, então os monitores irão se direcionar até os alunos (...), vai ter o dia, a programação, os horários, se for preciso dois ou três dias, (...) vai formar turmas mais próxima que puder da casa do aluno, nós vamos atender não pela quantidade de aluno, mas pela proximidade das turmas, como por exemplo, no km 77, 76, 68 e 72, o escolar acompanha juntando todos os alunos em uma dessas comunidades do espaço cedido e faz o atendimento lá, e assim vai até o km 34, sempre juntando comunidades próximas, atendendo em dias alternados. Porque é mais fácil o monitor ir até lá, e aí quando termina o aluno já fica em casa se preparando para voltar para a aula do outro turno. (G).*

Entende-se que é de suma relevância que a equipe gestora, professores, alunos, pais, funcionários e comunidade, conheçam a realidade que a escola está inserida, seus conflitos, seus anseios, para proporem atividades socioeducativas que venham contribuir efetivamente com um trabalho educativo transformador e significativo, para que não se torne apenas mera atividade ilustrativa, sem utilidade, fora do contexto social da instituição.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Integral possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de seus aspectos, físicos, intelectuais, sociais e afetivos, em que a escola deve levar em conta a necessidade de um planejamento pedagógico que favoreça um tempo maior e mais espaços, em seus aspectos qualitativos e não somente quantitativos, para que a transversalidade dos conteúdos ocorra de maneira interligada e o diálogo com o cotidiano do aluno seja uma constante nas escolas.

Assim sendo, é essencial que se trabalhe na escola os conteúdos de

maneira significativa, partindo dos saberes tecidos no cotidiano do aluno, para oferecer a ele métodos adequados as suas necessidades, favorecer um ambiente acolhedor dos diversos saberes e valores, não os ignorando e muito menos os descartando, sendo, também, necessário que haja entre os monitores do PME e os professores da classe o planejamento das atividades que são ministradas no contraturno na escola, correlacionando-as, buscando um ensino significativo para que os conhecimentos compartilhados com os estudantes não sejam fragmentados, sem privilégio ou desmerecimento de um dos saberes, de modo que seja contextualizado o conteúdo e a sua linguagem, tornando o assunto interessante aos educandos. Dessa forma, o aluno não se sente obrigado a aprender, por perceber que faz parte do seu cotidiano, não deixando margem para o aparecimento de um abismo entre o conteúdo e sua realidade.

O Projeto Político Pedagógico, como identidade escolar, poderá nortear essas propostas educacionais realizadas na escola e em seu entorno social, mediadas pela gestão escolar firmada na democracia, sendo trabalhadas com a colaboração de todos, onde se conheça suas competências, organizando-se para atingir determinados fins, constituídos coletivamente.

Percebe-se que, quando a comunidade escolar desconhece os conceitos de educação integral e educação em tempo integral, pode relacioná-los apenas a uma ampliação do tempo de permanência dos alunos no ambiente escolar, sem considerar a relevância de qualificar esse maior tempo na escola, considerando que o quantitativo poderá servir ao confinamento de alunos fadigados pelo excesso de tempo escolar. Nesse sentido, a valorização do tempo é imprescindível para a qualidade dessas atividades, pois a maioria dos alunos da escola pesquisada, por exemplo, dependem do transporte escolar para sua locomoção no trajeto casa-escola-casa, o que desmotiva a participação efetiva dos educandos, devido à distância dos trajetos.

Outro fator relevante a ser considerado é a evasão escolar, uma vez que a maioria dos alunos trabalham ajudando os pais nas atividades do campo, o que os deixa exaustos pelo trabalho pesado, e desmotivados a irem para a escola. Destaca-se que a escola, ao aderir ao programa, procurou promover atividades considerando o interesse dos alunos, como dança, teatro, futebol, para que fossem oferecidos a eles um momento de lazer. Como a escola encontra-se em uma área rural, os alunos não têm acesso às atividades culturais, e com programas como o Mais Educação e

o PROEMI a escola torna-se o único lugar que oferece esses conhecimentos formais, não-formais e informais.

Destaca-se, ainda, que o Programa Mais Educação, assim como o PROEMI, que são programas indutores da Educação Integral, não devem ser modificados a ponto de perderem sua essência, ocasionando um descompromisso com o processo ensino-aprendizagem, visto como mero passatempo para os alunos, pois dessa maneira pode levar "a uma 'Educação Integral' de baixa potência, onde escolas acabam oferecendo oficinas esporádicas aos alunos ou apenas mais um pouco de tempo para que estes permaneçam na escola" (FERREIRA; COLARES, 2015, p. 35).

Apesar dos desafios enfrentados pelas escolas na implementação de programas educacionais, que demandam um mínimo de infraestrutura, já que as escolas locais se encontram sucateadas, entre outros fatores relevantes, observou-se que a escola pesquisada, por meio da parceria com a comunidade vizinha para a utilização de seus espaços, conseguiu favorecer aos educandos um ambiente socializador com seu entorno, e dessa forma a comunidade escolar encontrou uma alternativa para a implementação do PME, a fim de não perder o recurso advindo deste programa.

Uma escola que objetiva promover uma educação integral precisa considerar a ressignificação de outros tempos e espaços, deixando de ser o único lugar de aprendizagem, ultrapassando seus muros, integrando os diversos espaços educativos e os diferentes saberes em um processo contínuo de aprendizagem para a vida.

Assim, a construção da educação integral não depende somente da escola e de programas como o PME, mas necessita efetivamente da colaboração de todos para a reconfiguração do papel escolar associando-o a sua comunidade por meio de práticas integradoras, que dialoguem com os outros tempos de formação humana.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. C. Léon Dehon. **Educação Integral: ideário pedagógico e missão institucional.** Orientação Luiz Jean Lauand. São Paulo, SP; s.n., 2007. 226p. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.



AZEVEDO, J. M. L. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar** Disponível em  
 <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&sqi=2&ved=0CEwQFjAE&url=http%3A%2F%2Fescoladegestores.mec.gov.br%2Fsite%2F5sala\\_planejamento\\_praticas\\_gestao\\_escolar%2Fpdf%2Fu1\\_saibamais1.pdf&ei=b36hU5ntCILsATPpIG4Bg&usg=AFQjCNFC9uxKCYSgAFc8B9zqsJuGVFxFxOyg&sig2=T1IFYJ3w8eNu7qiXC4uiEA&bv=bv.69137298,d.b2k](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&sqi=2&ved=0CEwQFjAE&url=http%3A%2F%2Fescoladegestores.mec.gov.br%2Fsite%2F5sala_planejamento_praticas_gestao_escolar%2Fpdf%2Fu1_saibamais1.pdf&ei=b36hU5ntCILsATPpIG4Bg&usg=AFQjCNFC9uxKCYSgAFc8B9zqsJuGVFxFxOyg&sig2=T1IFYJ3w8eNu7qiXC4uiEA&bv=bv.69137298,d.b2k)> Acesso 29/10/2016

AZEVEDO, J. C. de. Escola cidadã: construção coletiva e participação popular. In: SILVA, L. H. da (org.). **A Escola Cidadã no contexto da globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

BELTERRA. SEMED. **Relatório Anual 2013**. Coordenação Pedagógica do Programa Mais Educação da Diretoria de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Belterra, 2013.

BELTERRA. SEMED. **Relatório Anual 2014**. Coordenação Pedagógica do Programa Mais Educação da Diretoria de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Belterra, 2014.

BELTERRA. **Projeto Político Pedagógico da Escola**. Belterra, 2013.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a nº 28/2000 e emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a nº 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

BRASIL. **Programa Mais Educação**: gestão intersetorial no território – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.

BRASIL. **Educação Integral**: texto de referência para o debate nacional. Organização de MOLL, Jaqueline. Brasília: Mec, Secad, 2009. (Série Mais Educação). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal\\_educ\\_integral.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf)>. Acesso em 11 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 29 de out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação. Passo a Passo**, 2010. Disponível em:  
 <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso\\_maiseducação.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducação.pdf)>. Acesso em 15 de dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.144/2016, Novo Mais Educação**. Disponível em:  
 <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=49](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49)

131-port-1144mais-educ-pdf&category\_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 20 de abr. 2017.

CAVALIERE, A. M. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009.

COELHO, L. M. C. da C. História(s) da educação integral. **Em Aberto-Revista**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009. Disponível em <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1472/1221>>. Acesso em 30 de outubro de 2016.

FERREIRA, G. V; COLARES, M. L. I. S. A Educação Integral: diálogo entre programas federais e as iniciativas locais. In: COLARES, M. L. I. S.(Org.) **Escola de tempo integral: registros, análise e perspectivas** em Santarém/PA. Curitiba, PR: CRV, 2015.

GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2009.

GONÇALVES, A. S. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. In: **Cadernos CENPEC**, n. 2, 2006.

LECLERC, G. F. E.; MOLL, J. Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 45, p. 91-110, jul./set. 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Editora alternativa, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **O sistema de organização da gestão da escola**. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&sqi=2&ed=0FjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.acervodigital.unesp.br%2Fbitstream%2F123456789%2F32%2F3%2FLDB\\_Gest%25C3%25A3o.pdf&ei=E36hU\\_7bNtDgsATlkoCQDg&usg=AFQjCNHAYHvSx1ughsWc5Za5qdUy4RfpRQ&sig2=KN7Zhyzvmunyg\\_yakFPxZg&bv m=bv.69137298,d.b2k](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&sqi=2&ed=0FjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.acervodigital.unesp.br%2Fbitstream%2F123456789%2F32%2F3%2FLDB_Gest%25C3%25A3o.pdf&ei=E36hU_7bNtDgsATlkoCQDg&usg=AFQjCNHAYHvSx1ughsWc5Za5qdUy4RfpRQ&sig2=KN7Zhyzvmunyg_yakFPxZg&bv m=bv.69137298,d.b2k)>. Acesso em 30 out. 2016.

LIBÂNEO, J. C. Escola de Tempo Integral em questão: lugar de acolhimento social ou de ensino-aprendizagem? In: BARRA, V. **Educação: ensino, espaço e tempo na escola de tempo integral**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 2014.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de Gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

PARO, Vitor Henrique. Educação integral em tempo integral: uma concepção de educação para a modernidade. In: COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa (org.). **Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009, p. 13-20.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

SIQUEIRA, A. O. S. **O programa Mais Educação**: concepções e desafios para a gestão escolar. Dissertação. Santarém. PA. 2016. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/oBwe6vB7NVKTmbIZFdDNUdHR1ZHM/view?usp=sharing>> Acesso em 27 de jan. 2017.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político pedagógico e gestão democrática**. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CBwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fdisciplinas.stoa.usp.br%2Fmod%2Fresource%2Fview.php%3Fid%3D93187&ei=uX6hU6ntMeLgsATWx4CgCg&usg=AFQjCNGdg0JxqghRxxpiX4X5Mhjb8U11eA&sig2=kcEUgZEcu9Wp1NqQCCdUIA&bvm=bv.69137298,d.b2k>>. Acesso em 28 out. 2016.

VIEIRA, E. M. R.; GOERGEN, P.; COLARES, M. L. I. S. A construção do projeto político pedagógico como mecanismo de organização da escola. In: COLARES, M. L. I. S.; ROCHA, S. H. X.; COLARES, A. A. **Gestão democrática e o projeto político pedagógico**. 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2015.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

## ANEXO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_ Nacionalidade \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_ Estado Civil \_\_\_\_\_ estou sendo convidado (a) a participar de um estudo denominado: " **O Programa Mais Educação (PME) no município de Belterra: percepção da equipe gestora**" pela graduanda Lilia Travassos de Sousa, sob a orientação do Profa. Dra. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares. O objetivo geral da pesquisa é analisar a implementação do Programa Mais Educação (PME) na perspectiva da equipe gestora de uma escola municipal de Belterra/PA.E, por objetivos específicos: a) Verificar qual a concepção de educação integral de tempo integral da equipe gestora; b) Investigar, na visão da equipe gestora, os desafios da implementação do Programa Mais Educação em uma escola municipal; c) Identificar no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Ação – PME formas de organizar a educação integral de tempo integral. A minha participação no referido estudo será no sentido de permitir que a pesquisadora desenvolva observações e análises de documentos, bem como participar de entrevistas semiestruturadas gravadas, com questões voltadas para a pesquisa. Recebi os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e que, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo. Poderei manter contato com a pesquisadora Lilia Trvassos de Sousa pelo telefone (93)992024424, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação. Assim, tendo sido orientado quanto ao teor de tudo aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Santarém/PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
 Nome e assinatura do participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
 Nome e assinatura da pesquisadora responsável